



IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

INTELECTUAIS E IMPRESSOS: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS TEXTOS EDUCACIONAIS DO PARAIBANO CARLOS DIAS FERNANDES (1913-1925)

Amanda Sousa Galvínio
manda_galvicio@hotmail.com
(UFPB)
a

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo tecer algumas considerações sobre os escritos do intelectual Carlos D. Fernandes que versaram sobre a questão educacional na Primeira República, principalmente, entre os anos de 1913 a 1925, na ocasião o referido intelectual exerceu o cargo de diretor da imprensa oficial paraibana. Nossa intenção foi fazer um estudo que buscasse compreender as relações de produção/circulação dos seus textos. Para tanto, baseamos-nos em Comunidades Imaginadas de Benedict Anderson (2008) e em pesquisas cujo foco foi entender a ação política dos intelectuais brasileiros por meio dos impressos (ALONSO, 2009, GOMES, 2010). As fontes utilizadas nesse estudo foram basicamente às matérias dos jornais A União e livros de autoria de Carlos D. Fernandes, mas também utilizamos cartas e mensagens dos Presidentes do Estado da Parahyba (1914, 1917). Foi possível perceber que ascensão do mercado editorial brasileiro no início do século XX se constituiu enquanto um local de debate político-educacional, sendo composto principalmente pela escrita da elite letrada. O jornal se constituiu em um artefato cuja durabilidade era efêmera, os livros por sua vez, tornaram-se uma estratégia que fazia circular de maneira mais abrangente as propostas educativas desses sujeitos.

Palavras-chave: Carlos Dias Fernandes. Impressos. Educação.

A discussão em torno da educação proposta por Carlos D. Fernandes estabeleceu relações com as problemáticas locais, tecendo paralelos com o contexto nacional, principalmente, no que se configurava naquele momento sobre a ideia de *educação cívica*. José Veríssimo (1985), em *Educação Nacional*, definiu essa ideia da seguinte maneira:

[...] é indispensável, em um país livre principalmente, em especial uma república, conhecer as suas instituições, em si e nas suas origens, saber-lhes as leis com as obrigações que impõem e os deveres que garantem estudar as leis gerais de moral, de economia e de política que presidem às sociedades e estabelecem e dirigem as relações entre os seus membros; aprender a solidariedade nacional na solidariedade escolar, e a noção do dever cívico, do dever humanitário e do dever geral, no dever e na disciplina da escola. O conhecimento destes diversos aspectos da Pátria, não já como *região*, não como *nação*, senão como *estado*, como sociedade cujos fins, conforme os de todos o Estado são o desenvolvimento





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

das faculdades da Nação, o aperfeiçoamento da sua vida, constitui a educação cívica (VERÍSSIMO, 1985, p.56).

Partilhando dessas convicções, Carlos D. Fernandes ao elaborar suas ideias em torno da educação brasileira, também buscou evidenciar a questão cívica como parte integrante das suas propostas. Algumas das suas produções, como: a conferência *Noção de Pátria* (1914) e *A Defesa Nacional* (1916), e no livro infantil *Escola Pittoresca* (1918), tiveram como fio condutor das suas narrativas, a temática do civismo. Em *Infância Proletária* (1924), o intelectual tratou da higiene dentária das crianças das classes populares na Paraíba. Enfatizando que a falta de cuidados bucais somadas com má alimentação do segmento infantil, criava nas crianças além do aspecto estético negativo, indicava que nossa raça se constituía por elementos inferiores, como também, gerava uma ação degenerativa que afetava a inteligência. Em *Puecultura e Higiene Infantil* (1925) teceu observações a formação do ponto de vista biológico da criança, como sendo uma preocupação importante das nações civilizadas.

Higiene e civismo nas primeiras décadas da República estavam estreitamente ligados, pois foi com bases nessas ideias e na aplicabilidade nas escolas que se “[...] revelam uma nova concepção de infância, a criança como objeto de experimentação e especulação científica” (VEIGA, 2007). No bojo dessas relações, houve todo um aparato cultural que reforçavam essas ideias, como a literatura infantil que naquele momento era caracterizada por finalidades didáticas (LAJOLO, ZILBERMAN, 1999), e os cantos orfeônicos que se apresentava como disciplina que formava o orgulho nacional e patriota (VEIGA, 2007).

Os temas educacionais encontrados nos textos desse intelectual nos levaram a delimitar dois tipos de fontes: o jornal e o livro. A primeira faz parte dos arquivos do jornal *A União*, na época em que Carlos D. Fernandes exerceu a função de diretor desse veículo de comunicação, de 1913 a 1925, que basicamente foram coletados no Arquivo Histórico Waldemar Duarte localizado na Fundação Espaço Cultural (FUNESC)¹. A segunda se constitui nos livros publicados pelo intelectual na mesma época que atuou no órgão oficial paraibano e que trataram de temas educacionais. Esses foram encontrados nos arquivos da Academia Paraibana de Letras (APL), na

¹ Os textos do jornal *A União* foram fotografados e organizados por temas e anos. Os textos encontrados nas Bibliotecas públicas foram tirados fotocópias.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e na Biblioteca Juarez da Gama (FUNESC)².

Foi inicialmente a partir das pesquisas realizadas nos jornais d'*A União* que tivemos acesso a obras do Carlos D. Fernandes, como por exemplo: *Os Cangaceiros* (1914), *Noção de Pátria* (1914), *A havéia brasiliensis: a sua accimilação na Parahyba do norte* (1913) e *Proteção aos animais* (1914). Essas obras foram publicadas pelo periódico em formato de folhetins e em matéria de destaque sempre nas primeiras páginas – as conferências e os romances em seguida foram editados em formato de livro pela editora A União.

Também foi nos jornais que observamos como as obras desse sujeito circularam no cenário paraibano e nacional. As edições diárias traziam em suas páginas o local em que os leitores paraibanos poderiam adquirir os exemplares dos seus livros, como por exemplo, o poema “Myriam” (1920) que estava sendo vendido nas Casas Andrades e o livro “Feminismo” (1923) que se encontrava na livraria S. Paulo. Encontramos ainda algumas notas que destacavam matérias de outros jornais fazendo menção aos seus livros. A conferência “Noção de Pátria” de 1914 foi mencionada pelos jornais: *Estado de Pernambuco* (PE), *O Paiz* (RJ) e o *Jornal do Comércio* (PE). No dia 30 de abril ainda desse mesmo ano, *A União* publicou uma nota a respeito de uma carta endereçada a Carlos D. Fernandes que o parabenizava pelo patriotismo literário:

Ainda hontem chegou às mãos do notável escritor patricio uma carta assignada pelo Sr. José da Silva Dias, residente em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, felicitando-o com grande emoção pelo seu rutilante trabalho Litterario e communicando ter sido lido a conferência *Noção de Pátria* em sessão do Atheneu Litterario, conceituoso estabelecimento de homens de letras do Rio Grande Sul, realizada no dia 15 do corrente mez (*A União*, 1914, p. 1)

Nesse sentido, esses indícios nos levaram a supor que havia entre os intelectuais da época um forte intercâmbio entre seus livros e ideias. A presença da temática nacional foi sem dúvida, uma preocupação recorrente entre os homens das letras dessa época. Fato esse, que justifica em

² Dois desses livros foram cedidos gentilmente para realização dessa pesquisa, a saber: *Escola Pittoresca* encontrado pela Dra. Maria Adailza Martins de Albuquerque – professora do Programa de Pós-Graduação em educação (UFPB) - na biblioteca Juarez da Gama (FUNESC), e *A Defesa Nacional* encontrado por Wilson José Felix Xavier - doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPB) - na biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

parte, o sucesso da conferência “Noção de Pátria” - ainda no dia 8 de maio de 1914 a conferência ganhava as páginas do diário carioca *A Imprensa*³ dirigida por Alcindo Guanabara com a chamada “O nacionalismo na Arte”.

Além disso, foi nos arquivos do jornal *A União* que conseguimos coletar um número significativo de matérias publicadas com autoria do intelectual que trataram das questões educacionais. Esses escritos destacavam as mais diversas temáticas: os problemas sociais afetados pelo analfabetismo e pela higiene infantil; a importância de incentivar na juventude o gosto pela literatura clássica; a militância desse intelectual em torno da proteção aos animais, como forma de civilização dos instintos de barbárie que eram tratados esses seres vivos na sociedade da época; a discussão sobre os métodos da ginástica como saúde do corpo e da mente; e a temática cívica, que a nosso ver, perpassou todas as discussões educacionais proposta por Fernandes.

Na seção seguinte pretendemos discutir as especificidades dessas fontes tecendo relações entre os modos de circulação das ideias educacionais desse intelectual com o valor material assumido pelo jornal e pelo livro na construção dos Estados nacionais, especialmente no Brasil.

³ É importante ressaltar que no final do século XIX Carlos D. Fernandes trabalhou no jornal *A Imprensa* secretariando o renomado intelectual Rui Barbosa (MARTINS, 1976).





Capitalismo editorial, nação e a interlocução dos intelectuais brasileiros⁴: considerações sobre o modo de produção dos escritos de Carlos D. Fernandes

A materialidade dos impressos em determinados contextos históricos nos revelam muito sobre as sociedades. No processo de investigação Social Adriana Facina (2004) destacou dois eventos importantes que tiveram início nos países europeus, mas que atingiram de maneira geral as demais sociedades humanas: a Revolução de 1848 “Primavera dos povos” – que constituíram em um conjunto de revoluções de caráter liberal, democrática e nacionalista –; e o crescimento do mercado da imprensa jornalística e da publicação de livros na Europa no século XIX. Foi no bojo dessas relações que a produção em série de jornais e de livros “[...] proporcionaram os meios técnicos para ‘re-pensar’ o tipo de comunidade imaginada à nação” (ANDERSON, 2008, p.55).

A junção entre impressos, intelectuais e mercado editorial pode ser identificada como fenômeno que teve ascensão nos acordes do século XIX e que irradiou durante as primeiras décadas século XX⁵. Luca (2010) ao tratar da “materialidade dos impressos” observou como a

⁴ Aqui o termo é usado no masculino pelo fato que na sua grande maioria os escritos no século XIX e do início do século XX foram produzidos por homens. José Murilo de Carvalho (2011) em “A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil” sugere que foi praticamente nula a participação feminina na política. No entanto, tais afirmações precisam ser relativizadas, mesmo que se possa aludir sobre o consenso da predominância dos homens nessas atividades. Silva, Nascimento e Zica (2010) pesquisaram no fim do século XIX o jornal *O sexo Feminino* que foi basicamente produzidos por mulheres : Francisca Dinis, Júlia Almeida, Narcisa Amália e Nísia Floresta. Esse impresso circulou principalmente na cidade de Minas Gerais, mas também foi verificado pelas pesquisadoras registros desse periódico em Lorena (SP), Rio Preto (SP), Bagagem (MG), Três Pontas (MG), além de permutas com jornais da Bahia, Pernambuco, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, de Madrid e Nova York. *O Sexo Feminino* tinha como finalidade abrir espaços para as mulheres brasileiras elevando suas condições de apenas “traste de casa” para o pedestal de “rainhas do lar” que se sustentava pelo argumento positivista em voga na época que a mulher teria como função social o trinômio: religião, instrução e nação. No jornal *A União* de 1920 encontramos o conto de Laura pessoa “Poesia do Bem” publicado em folhetins naquele ano. Esses casos sugerem que mesmo com participação minoritária, as mulheres brasileiras também ocuparam lugares no cenário político e literário no Brasil na transição do século XIX para o século XX.

⁵ No Brasil Colônia as atividades tipográficas eram proibidas pelo governo português, sendo apenas liberada com a chegada da família real no Rio de Janeiro em 1808. A *Gazeta do Rio de Janeiro* foi o primeiro jornal legalmente impresso em solo brasileiro e começou a ser rodado em setembro daquele mesmo ano (LUCA, 2010). Sendo assim, as atividades que envolviam a escrita em jornais e revistas se davam muitas vezes fora do espaço territorial do Brasil, como foi o caso do movimento romântico da primeira metade do século XIX tratado por Bernardo Ricupero (2004), e do *Correio Braziliense* fundado pelo intelectual Hipólito José da Costa, que circulou em edições mensais entre 1808 e 1822 em Londres (LUCA, 2010). Alonso (2009) apontou que no século XIX no Brasil, o gabinete Rio Branco (1871-1875) ampliou e criou novos canais públicos de debates políticos devido à instalação de telégrafos e ferrovias, que fizeram prosperar os meios de comunicação impressa. Devido a esse fato, os intelectuais da época tiveram associadas as suas atividades de político, à escrita diária em periódicos como forma de ação política.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

função da palavra escrita teve papel relevante em momentos decisivos para a política brasileira – Independência, Abolição dos escravos, Proclamação da República e etc.

Dessa forma, se torna importante entender quais foram à centralidade atribuída aos artefatos culturais que tiveram como mercadoria essencial a palavra escrita. O estudo desenvolvido por Benedict Anderson (2008) nos fornece argumentos interessantes a esse respeito. Anderson (2008) ao investigar a relação entre ascensão do mercado editorial e os processos de formações nacionais, nos permitiu estabelecer paralelos entre as atividades dos intelectuais em uma determinada sociedade e os projetos cunho nacionalistas.

Em *Comunidades Imaginadas* Anderson (2008) reconstruiu alguns elementos importantes que tornaram possíveis a relação do fenômeno editorial e o surgimento da consciência nacional. A ascensão do capitalismo editorial foi sendo configurando a partir da declinação do latim, cujos fins serviam a manutenção das ordens eclesiástica e eram impostos as sociedades como linguagem privilegiada. A Reforma Protestante também contribui, no sentido de ter proporcionado ao capitalismo editorial seu primeiro *best-seller*⁶. E por fim, a difusão de determinados vernáculos como instrumento de centralização política, lançados por monarcas com pretensões absolutistas, colaborou para o impulso desse fenômeno (ANDERNOS, 2008).

A língua impressa foi um importante suporte na constituição das nações modernas e para o surgimento de uma esfera pública, que começava a manifestar seus descontentamentos por meio da palavra escrita. Ou seja, as atividades desenvolvidas com o crescimento do mercado editorial possibilitaram aos letrados da época, tanto terem acesso aos livros publicados, agora não mais em latim, mas em seus respectivos vernáculos; como também, abriu espaços para a escrita de cunho político que contestava as formas hierárquicas sociais de ordem divina. Esse foi o argumento basilar dos estudos de Anderson (2008) em *Comunidade imaginada*, que segundo o autor, agrega três ideias relacionadas entre si: imaginada, limitada e soberana.

⁶ Anderson (2008) ilustrou a importância da Reforma Protestante na consolidação do capitalismo editorial moderno. O autor argumentou que pela primeira vez houve “[...] um público leitor realmente de massa e uma literatura popular ao alcance de todos” (ANDERSON, 2008, p. 74), sendo possível de ser visto em 15 dias após Martinho Lutero ter afixado suas teses na porta da igreja em Witterberg, em 1517, traduções em Alemão por todas as partes do país. Carlo Ginzburg (1996) em “O queijo e os vermes” apontou na mesma direção, quando ao tratar da história de Menocchio discutiu a relação histórica do advento da imprensa e da Reforma como base de contexto vivido pelo moleiro italiano.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A nação é *imaginada* porque mesmo os habitantes da menor nação do planeta, jamais conheceram todos os que comungam da sua nacionalidade. Porém, mesmo que distantes, no processo de imaginação, possuem a imagem viva de comunhão entre si. É *limitada*, pois mesmo àquele que se constituem a partir de uma grande extensão territorial, possui fronteiras finitas – aqui a importância dos mapas é crucial como “modeladores fundamentais” –; já àquelas nações cujas fronteiras são mais elásticas, provenientes do nacionalismo messiânico, mesmo essas, não se vêem como extensão da humanidade. É *soberana*, na medida em que esse fenômeno surgiu no momento histórico em que tanto o Iluminismo e como a Revolução, deu bases às ideias que contestaram a legitimidade do reino dinástico religioso. Por fim, são constituídas enquanto comunidades, a despeito das desigualdades sociais que marcam a estrutura da sociedade, a nação sempre é concebida a partir de uma profunda camaradagem horizontal guiada pelo sentimento de fraternidade entre seus membros, por mais que seus indivíduos não tenham nunca ficado face a face se sentem ligados pelo sentimento de pertence nacional (ANDERSON, 2008).

O capitalismo editorial foi à mola propulsora que deu aos agentes de uma determinada sociedade as bases para o sentimento de pertence nacional, reconhecendo-se como indivíduos que partilhavam as mesmas experiências geográficas, lingüísticas e culturais, refletidos na escrita diária dos jornais e nos romances modernos. Dessa forma, a escolha do jornal e do livro, nos possibilita refletir sobre as práticas de escrita nas sociedades modernas. Pois, foi através do cotidiano sendo retratado nesses suportes, que os intelectuais criaram em torno de suas narrativas, repertórios tornando possível a identificação dos sujeitos com suas respectivas comunidades imaginada, cujas fronteiras geográficas e culturais são definidas.

Anderson (2008) nos sugere que a narrativa do romance moderno cria em seus leitores uma imagem de nação. Nesse sentido, exemplificando no caso do Brasil, podemos tomar com referência o romance realista *Triste fim de Policarpo Quaresma* de Lima Barreto, publicado inicialmente em folhetim em 1911 e depois em livro em 1915. Ao contar a história de um modesto funcionário público, cuja narrativa se constituem em momentos distintos, mas que enfatizam aspectos históricos e culturais da vida carioca e brasileira - a vida simples do subúrbio, o cotidiano familiar e político da zona rural e a atmosfera política da Primeira República quando seu protagonista serve como soldado voluntário na Revolta Armada de 1893. O leitor é envolvido





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

numa dimensão espaço-temporal conseguindo identificar que tais acontecimentos se desenrolaram no Brasil no fim do século XIX, mesmo que o autor não se refira ao lugar especificamente. Nesse sentido, a literatura cumpre o exercício de imaginar a nação através das suas paisagens, que nesse caso, são tipicamente brasileiras quando se refere ao modo de vida rural ou quando descreve os bairros populares cariocas do fim do século XIX. Aqui, Lima Barreto descreveu um tipo de comunidade imaginada que não revela as especificidades da Argentina ou da França, mas do Brasil.

No caso específico das fontes analisadas nesse estudo, não iremos nos debruçar sobre os romances escritos por Carlos D. Fernandes, fato esse que nos permitiria observar como esse sujeito engendrou em sua narrativa o tipo de comunidade imaginada proposta nos romances modernos. Os livros que utilizaremos como fontes foram os derivados de suas conferências no Theatro Santa Rosa e no Lyceu Parahybano, e o seu livro infantil *Escola Pittoresca*. No entanto, esses escritos também nos revelam como o autor se dedicou a explicitar a comunidade imaginada brasileira, na medida em que, sua narrativa enfatiza aspectos importantes na formação nacional do nosso país, evocando no seu discurso a importância do sentimento cívico.

No caso dos jornais, podemos ilustrar essa relação a partir do que encontramos no jornal paraibano *A União* - também no período que compreende o início do século XX. O intercâmbio de notícias era uma prática cotidiana nas edições desse jornal, como as que apareciam nas colunas: *A vida Carioca* (A UNIÃO, 1913; 1914; 1916), *Crônicas do Recife* (A UNIÃO, 1913), o *Boletim do Estrangeiro* (AUNIÃO, 1913), *A' Baila* (A UNIÃO, 1916) e os *Telegramas-serviços especial d' A União transmitido via Western Telegraph, até Pernambuco* (A UNIÃO, 1913; 1914; 1916). Ao trazer notícias de outros lugares que não fossem exatamente relacionados à Paraíba, o suporte comunicativo engendra a dinâmica imaginativa que constrói uma percepção de lugar e tempo distintos. Ao ler notícias locais, nacionais e estrangeiras, os leitores vão delimitando as fronteiras espaço-temporal das sociedades. Anderson (2008) ainda nos sugere que a visualização dos jornais locais estimula o processo de imaginação, na medida em que:





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

[...] o leitor do jornal, ao ver réplicas idênticas sendo consumidas no metrô, no barbeiro ou no bairro em que mora, reassegura-se continuamente das raízes visíveis do mundo imaginado na vida cotidiana. Como em *Noli me tangere*⁷, a ficção se infiltra contínua e silenciosa na realidade, criando aquela admirável confiança da comunidade no anonimato que constitui a marca registrada das nações modernas (ANDERSON, 2008, p.68-69)

Os aspectos da imaginação proporcionados pelo jornal e pelo romance moderno asseguram os meios para fazer com que a nação seja uma construção social, que habita na nossa mais pura certeza de estarmos ligados por um teto comum. Outro aspecto importante do capitalismo editorial, que também corrobora para construção de histórias comuns, são as traduções e circulações de algumas obras em determinados contextos.

Essas práticas contribuíram para criar experiências equiparadas entre duas ou mais comunidades imaginadas. A leitura de uma obra estrangeira, e até mesmo a influência que essa venha a exercer sobre os escritos nacionais, não sugere que houve uma cópia de modelos entre si. Mas demonstram que o fenômeno do nacional se constrói tomando pontos de referências, ao mesmo tempo em que se distanciam das matrizes, buscando impor suas marcas históricas, políticas e culturais⁸.

Esse caso pode ser ilustrado pelo processo ocorrido com a literatura infantil brasileira, as primeiras obras foram fortemente inspiradas no livro *Cuere* do italiano Edmundo Amicis. Alguns indícios nos apontam para uma ampla circulação dessa obra no meio intelectual do período, pois o

⁷ “Noli me terange” foi um romance escrito por José Rizal em 1887, hoje considerado o pai da literatura filipina moderna (Anderson, 2008). Em sua análise sobre a respectiva obra, Benedict Anderson (2008) observou que o lugar onde se passa a história evoca centenas de pessoas anônimas que não se conhecem entre si, mas que identificam a cidade Manila, em um determinado mês de uma determinada década, sugerindo imediatamente o elo entre os sujeitos e a comunidade imaginada. Esse aspecto do romance moderno é construído em cima de uma narrativa hipotética do seu autor, que formula na escrita literária uma relação estreita entre personagens, autor e leitores avançando no tempo do calendário. Mesmo que o próprio autor “[...] não faça a menor idéia da identidade individual de seus leitores, ele lhes escreve como uma intimidade irônica, como se suas relações recíprocas não fossem minimamente problemáticas” (ANDERSON, 2008, p. 58-59).

⁸ Podemos indicar que nas análises comparadas das experiências nacionais entre sociedades aparentemente distintas, nos revelam mais aproximações que cisões. Seria caso dos estudos de Nemi (2006) quando tratou das Gerações de intelectuais de 1870 no Brasil e em Portugal, como também da perspectiva adotada no trabalho da Angela Alonso (2000) que sugeriu uma aproximação equiparada entre os escritos dos intelectuais brasileiros com os intelectuais de alguns de países da Europa: “O interesse pela reflexão e experiência estrangeira pode ser lido não como deslumbramento provinciano, mas como constituição de uma perspectiva comparada: os países usualmente citados estavam atravessando por crises similares a brasileiras – o caso de Portugal, da Itália, da Espanha, da Alemanha e da França” (HOBSBAWN *apud* ALONSO, 2000, p.46).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

livro foi traduzido e adotado nas escolas brasileiras do século XIX (SANTOS; OLIVA, 2004). Além de que, Santos e Oliva (2004) identificou bastantes similaridades entre o livro italiano e o brasileiro *Através do Brasil* escrito em 1910 por Manoel Bomfim e Olavo Bilac.

Barbosa (2010), também destaca que nos jornais *Estado da Parahyba* e *Gazeta da Parahyba*, ambos do século XIX, trouxeram informações sobre a circulação desse livro no cenário paraibano. A autora inclusive sugere que Carlos D. Fernandes fosse leitor do italiano desde sua juventude. O fato é que provavelmente Fernandes teve contanto com essa leitura, pois o intelectual paraibano em sua conferência *Noção de Pátria* (1914) teceu muitas referências ao Amicis.

Nesse sentido, a ascensão do mercado editorial no Brasil nos impõe algumas reflexões mais gerais, pois esse foi um campo de trabalho o qual a palavra impressa é sua principal mercadoria, sendo designada como atividade essencialmente exercida pelo seguimento letrado da sociedade. Nesse sentido, os intelectuais do século XIX e no início do século XX no Brasil, através dos seus escritos, fundiram educação e nação, sob a forma de ação política.

Na esteira desse argumento, Angela de Castro Gomes (2010) nos chama atenção para os lugares de sociabilidade intelectual, dando destaque primordialmente para os jornais, as revistas, as editoras e as associações. Segundo a autora, esses homens das letras atravessaram um período marcado por grande turbulência política – o fim da escravidão e a Proclamação da República. Sendo assim, os identifica enquanto homens que assumiram quase que de modo obsessivo a responsabilidade de modernizar a sociedade que havia sido marcada pela instituição escravista e pelos anos de monarquia, vistos como sendo os problemas principais do atraso nacional.

Na busca pela superação da realidade social, esses sujeitos, colocavam em evidência a construção da nação via educação. Nesse movimento, produziram “[...] tanto bens culturais que servem de suportes duradouros e valorizados (basicamente o livro), como um conjunto de outros produtos, que eram difundidos em suportes ‘efêmeros’, até hoje pouco considerado pela academia (discursos, artigos de jornais e revistas, etc.)” (GOMES, 2010, p. 12). Sendo assim, entendemos que a utilização dos jornais e dos livros foi um suporte empregado para fazer circular ideias, propostas e projetos que visavam à consolidação da formação nacional. Nosso foco de pesquisa está imerso dessas questões, voltando-se especificamente para a trajetória intelectual de





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Carlos D. Fernandes nas primeiras décadas do regime republicano na Paraíba e seus escritos educacionais.

Nesse sentido, a questão nacional e a educação estão entrelaçadas, pois, a discussão proposta por esses sujeitos representantes da elite letrada brasileira fundiu-se na ideia de que a nação deveria ser construída com bases numa educação que proporcionassem ao povo desenvolver-se materialmente estabelecendo vínculos estreitos com a cultura nacional.

Nesse contexto, o livro assumiu um valor cultural maior que os escritos nos jornais (GOMES, 2010). A sua durabilidade e a circulação possibilitaram que a escrita desses homens atravessasse as fronteiras, tanto da efemeridade dos jornais diários e locais, fazendo com que um público maior tivesse acesso as suas obras, como as barreiras temporais, chegando, por exemplo, até os dias de hoje, muitas vezes por reedições, ou mesmo, em um melhor estado que os jornais da época.

Os jornais se constituíram enquanto local de discussões políticas, apontados nas pesquisas de Nemi (2006), Alonso (2009), Gomes (2010), Lucas (2010), Silva, Nascimento, Zica (2010) e Carvalho (2011). Esses trabalhos nos dão suporte para operacionalizar a discussão aqui proposta, no sentido que esses estudos privilegiaram o jornal como lócus para compreender as condições históricas e sociais da sociedade brasileira na passagem do século XIX para o século XX. No bojo dessas relações, os intelectuais como mencionado anteriormente, tiveram um papel privilegiado, pois essas foram atividades basicamente ocupadas por esses sujeitos,

As tarefas desempenhadas por esses intelectuais subordinavam-se, não raros, às demandas políticas das facções oligárquicas proprietárias dos jornais e que igualmente detinham as chaves que controlavam o acesso ao cenário da política (LUCA, 2010, p.124)

É nesse sentido que a escrita de Carlos D. Fernandes estava permeada dessas marcas. O jornal *A União* foi um veículo de comunicação criado para atender as necessidades do partido republicano na Parahyba e circulou a primeira vez no dia 2 de fevereiro de 1893⁹. A partir de 1910

⁹ Eram seus principais colaboradores: “Coelho Lesba republicano histórico, abolicionista e parlamentar; Gama e Mello, ex-presidente do Estado; Cunha Pedrosa, magistrado e parlamentar; Tavares Cavalcante jurista e parlamentar; Silva





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

passou a servir como órgão oficial, e no dia 12 de fevereiro de 1913 a convite do presidente de Estado Castro Pinto, Carlos D. Fernandes assumiu a direção do jornal e da Imprensa Oficial da parahybana. Até aquele momento a imprensa oficial só contava com um administrador para gráfica e um redator-chefe para o jornal – esse subordinado diretamente ao secretário do Palácio do Governo (MARTINS, 1978).

Foi na direção de Carlos D. Fernandes que Martins (1978) observou um aumento nos processos de modernização e na produção técnica do jornal:

[...] o jornal introduziu na Paraíba as manchetes de primeira página, ocupando todas as colunas, além a seção “Última Hora”, com o telegrama da Europa e do Rio, que chegaram no dia anterior pelo cabo submarino como se anunciava entre parênteses. Pois o presidente Castro Pinto, tomando na devida conta uma representação que lhe foi endereçada por diversos comerciantes de nossa praça, autorizou à Imprensa Oficial controlar em Pernambuco um serviço de informação por intermédio do telégrafo submarino, ficando assim *A União* aparelhada para melhor servir os interesses públicos e comerciais o que perfeitamente se enquadrava nos lineamentos básicos de seu programa (MARTINS, 1978, p.32).

Dessa forma, o jornal *A União* se configurava enquanto uma janela para que as ideias e notícias fossem disseminadas no contexto paraibano. Martins (1978) argumentou que o jornal exercia a voz livre de opinião geral, mesmo estando a serviço do governo do Estado, o veículo de comunicação estaria “[...] isento de peias convencionais e inconfessáveis, quando tinha de afirmar o seu critério na poderosa análise dos homens dos fatos” (MARTINS, 1978, p.32).

No entanto, tais afirmações precisam ser tomadas com certo cuidado, para não sugerir que os jornais estariam isentos de tendências políticas e ideológicas. Encontramos nas mensagens presidenciais de 1 de setembro de 1917 a seguinte prescrição:

A imprensa Oficial, fundida n’ *A União*, por haver sido extinto pelo meu antecessor o *Correio Oficial*, realiza um *typo sui generis* de órgão de publicidade. Assim é que assume todos os encargos das gazetas oficiais, estampados os actos do governo e expedientes de seus secretários e resume no seu contexto de jornal político e mais ou menos livre de opinião todo movimento cívico e intellectual da Parahyba do Norte (HOLLANDA, 1917, p.33).

Mariz, parlamentar; Abel da Siva, educador; Elias Ramos jornalista; Ivo Borges, magistrado; Castro Pinto, jurista, educador e ex-presidente do Estado e parlamentar; Xavier Júnior, educador; Heráclito Cavalcante, magistrado; Francisco Coutinho de Lima e Moura, jornalista; João Francisco de Moura, educador” (MARTINS, 1978, p. 29).

208





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A mensagem também revela a não parcialidade do jornal nas causas políticas e conseqüentemente na atividade de direção de Carlos Dias Fernandes, pois ambos estavam vinculadas ao governo do Estado¹⁰. O jornal *A União* sob sua direção, além de trazer em destaque as matérias publicadas com sua autoria, que de modo geral vinham nas primeiras páginas do periódico, destacava às causas educacionais do país.

Outra preocupação que disputava as páginas d'*A União* era a literatura, podemos verificar que vários folhetins foram publicados durante esse período: *Anna Karenine* de Leon Tolstói em 1913; *Os Cangaceiros* romance regionalista de Carlos D. Fernandes em 1914; *A cidade e as Serras* de Eça de Queirós ganhou as páginas no jornal em 1916, e em 1920 foi à vez de *Poesia do Bem* de Laura Pessôa; além de diversos poemas que compunham algumas edições do jornal. Essa preocupação pode ser ilustrada pelo depoimento de Eudes Barros que ao falar da sua experiência no jornal *A União* na década de 20 do século passado, relatou:

[...] a ditadura mais literária que jornalística de Carlos D. Fernandes, pois na época jornalismo era mais literatura que outra coisa, trazia, todos os domingos (as vezes nos dias úteis), no alto do lado direito da primeira página, um dois sonetos (geralmente uma balada ou composições de vários estrofes), ora de autoria do próprio Carlos D. Fernandes, ora de Américo Falcão ou Rodrigo de Carvalho, ora de poetas conterrâneos residentes no Rio, como Raul Machado e Pereira da Silva. Para raiva de muita gente que não gostava de precocidade de intrometidos, entre esses novos aureolados costumava figurar o de um certo rapazinho de seus 16 por 17 anos de idade. Esse rapazinho era eu. Não pense que era fácil publicar verso ou prosa na *A União* do tempo de Carlos D. Fernandes (MARTINS, 1978, p. 36)

O jornal como veículo de comunicação durante o século XIX e início do século XX se configurou por estabelecer em suas edições privilégios em torno da divulgação literária (BARBOSA, 2007). No entanto, os jornais eram um tipo de *best-sellers* por um dia, cuja durabilidade era efêmera, pois os jornais circulam de forma que: “Sabemos que as edições matutinas e vespertinas são maciçamente consumidas entre esta e àquela hora, apenas neste, e não naquele dia” (ANDERSON, 2008, p.68).

¹⁰ É nesse sentido, que identificamos na experiência intelectual de Carlos D. Fernandes nos levou a perceber uma postura híbrida em relação às formulações propostas por Gramsci (1982). Outro aspecto apontado por Miceli (2001) e que corrobora o argumento anterior, e que quanto mais próximo os intelectuais estavam dos políticos, teriam suas obras legitimadas socialmente.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Nesse período, paralelo a grande profusão de jornais, revistas e o surgimento das primeiras editoras brasileiras, o livro foi um meio de publicação muito concorrido, pois suas possibilidades de duração e circulação eram mais promissoras. Sendo assim, o livro seria consumido sem as amarras cotidianas, os assuntos nele contidos não diziam respeito apenas aos acontecimentos diários, mas sua narrativa transpõe as barreiras do tempo e espaço, fortemente marcado pela escrita nos jornais. O livro não era apenas lido ou endereçado aos sujeitos de determinada localidade, sua circulação é mais intercambiável.

Essas relações fizeram com que o mercado editorial se diversificasse sendo composto pelos: jornais, revistas e livros. Os intelectuais além de se utilizarem da escrita em jornais, também apostaram na divulgação de suas ideias e obras por meio de livros. Carlos D. Fernandes não fugiu a essa regra, ao publicar seus escritos em folhetins logo em seguida os fazia livro, ou ao proferir um discurso, no caso das conferências, os publicava no jornal e posteriormente em livros.

Durante o período que esteve à frente da Imprensa Oficial parahybana, seu posto com certeza, contribuiu para divulgação de suas obras sendo possível identificar que seus escritos nesse período foram publicados pela editora A União¹¹, exceto o livro infantil *Escola Pittoreca* (1918). Esse foi levado pelo intelectual para ser publicado no Rio de Janeiro pela Livraria Editora de Leite Ribeiro & Maurillo. Naquele momento, levar o livro para ser publicado na capital do Brasil, era uma estratégia que dava destaque a produção intelectual, pois era no Rio de Janeiro que o movimento cultural e intelectual tinha mais evidência. Eptácio Pessoa em carta endereçada a Carlos Dias Fernandes relatou a dificuldade que era a publicação e circulação dos livros na Parahyba, principalmente pela falta de leitores e de pagamento (PESSOA, 1925).

A divulgação de obras no Rio de Janeiro se configurava numa prática comum, principalmente, pela ascensão do mercado do livro didático naquele momento. O valor mercadológico e simbólico desse tipo de livro se tornava cada vez mais promissor, além de sua aquisição ter público certo: as escolas brasileiras (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999). Muitas vezes, os livros eram financiados pelo próprio governo, e nesse sentido, para os intelectuais era uma tática

¹¹ Encontramos nas mensagens presidenciais de 1 de setembro de 1914 as seguintes atribuições destinadas a Imprensa Oficial paraibana: “Publicam-se alli a orgam official superintendido em sua redação política pelo partido que apóia o governo, accresce que na secção de obras tenho autorizado a edição de trabalhos scientificos e litterarios que muito teem contribuído para o realce do nome parahybano” (PINTO, 1914, p.25).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

de fazer circular suas ideias, garantir o seu pagamento e de ter seu nome disputando no meio intelectual da época¹² (AGUIAR, 2000).

O livro *Escola Pittoresca* foi adotado pelas escolas paraibanas através do Decreto n. 913, de 14 de março de 1918. O jornal *A União* de 23 de abril de 1919 trouxe a notícia que o livro infantil também teria sido adotado pelo Estado do Ceará, Pará e Rio Grande do Norte – esse último, deu o nome do intelectual a uma casa de ensino primário (VIEIRA, 1919). Dessa forma, fica clara a estreita relação da escrita dos livros didáticos e o investimento do Estado nessa produção intelectual.

Considerações finais

Nossas reflexões em torno da produção escrita de Carlos D. Fernandes, tiveram como preocupação levar em consideração os aspectos históricos e sociais desses textos. A escrita intelectual de Carlos D. Fernandes em torno da educação nos apontou para duas fontes: o jornal e o livro. Essas duas fontes pelas condições de produção histórica nos levaram a tecer paralelos entre si, portanto, no contexto que se configurava entre a segunda metade do século XIX e início do século XX as atividades de escritas em jornais e livros foram predominantemente exercidas pelos intelectuais da época. A materialidade a longo prazo dos livros fez com que esses tenham sido também, uma estratégia dos intelectuais para fazer circular e divulgar suas ideias. A fragilidade em que se encontram os jornais disponíveis para pesquisa dificultam as investigações na contemporaneidade. Pois, muitos estão em fase de decomposição, quando não, tem suas páginas furtadas ou mesmo perdidas. É nesse sentido, que o livro se constituiu uma alternativa, cuja materialidade chega aos dias de hoje sem tantos danos.

A discussão em torno das atividades dos intelectuais brasileiros, em particular do paraibano Carlos Dias Fernandes, nos indica aproximações entre as concepções educacionais e a construção do Estado nacional, principalmente, materializado sob os escritos de cunho jornalísticos e em forma de romances modernos (ANDERSON, 2008). No caso dos textos

¹² Esse argumento também se relaciona com as ideias gramscianas, pois a função desempenhada pelos intelectuais em uma determinada sociedade precisa ser entendida no conjunto geral dos modos de produção do mundo do trabalho.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

educacionais de Fernandes, nos levaram ao seu livro de leitura *Escola Pittoresca* e aos livros derivados de suas conferências.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. Vol.15, n.44, p. 35-55, out/2000. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 5 out. 2009.

_____. **Apropriação de idéias no segundo reinado**. IN: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs). O Brasil Imperial: 1970-1989. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. 3v.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Leitores e livros nos jornais paraibanos: uma história de leituras**. IN: MIZUTA, Celina Midori Murasse; FARIA FILHO, Luciano Mendes; PERITTO, Marcília Rosa (Orgs.). Império em debate: imprensa e educação no Brasil oitocentista. Maringá: Eduem, 2010.

BARRETO, Lima. **Triste Fim de Policarpo Quaresma**. Klick editora: São Paulo, 1997.

BILAC, Olavo; BOMFIM, Manoel. **Atravez do Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2011

FACINA, Adriana. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.

FARIA FILHO, Luciano M. et al. (Orgs.). **Políticos, literatos, professoras, intelectuais**: o debate público sobre educação em Minas Gerais. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

GINSBURG, Carlo. **O queijo e os Vermes**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

GOMES, Angela de Castro. **História, ciência e historiadores na Primeira República**. In: Alda Heizer, Antonio Augusto Passos Videira (Org.). **Ciência, civilização e república nos trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010.

LAJOLO, Marisa. ZILBERMAN, Regina. **Literatura Infantil brasileira: histórias e histórias**. São Paulo: Ática, 1999.

LUCA, Tania Regina. **Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos**. In:

PINSKY, Carla B. **Fontes Históricas**, 2ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, Eduardo. **Carlos D. Fernandes: Notícias biobibliográfica**. João Pessoa: A União, 1976.

_____. **A União: Jornal e História da Paraíba sua evolução gráfica e editorial**. João Pessoa: A União, 1978.

MELLO, Maria Tereza Chaves. “A modernidade Republicana”. **Tempo**, vol.13, n.26, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042009000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 maio 2010.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

NEMI, Ana Lúcia Lana. “Brasil e Portugal: a história nacional entre tradição e renovação”. **Almanack braziliense**, n. 04, nov. 2006.

RICUPERO, Bernardo. O Romantismo e as ideais de nação no Brasil (1830-1870). São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCHWARCZ, Lília. **Contos Completos/Lima Barreto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Carolina Mostaro Neves da; NASCIMENTO, Cecília Vieira do Nascimento; ZICA, Matheus da Cruz e. **Imprensa e educação na segunda metade dos oitocentos**. IN:

MIZUTA, Celina Midori Murasse; FARIA FILHO, Luciano Mendes; PERITTO, Marcília Rosa (Orgs.). *Império em debate: imprensa e educação no Brasil oitocentista*. Maringá: Eduem, 2010.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VERISSIMO, José. **A educação Nacional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

Fontes

A UNIÃO. **Echos da conferência “Noção de Pátria”**. Jornal A União, Paraíba, 30 de abr. de 1914.

FERNANDES, Carlos Dias. **A Cultura de Haveas em nosso Estado**. Conferência realizada no dia 28 de junho de 1913, na Associação Comercial da Paraíba. In: *A União*. Paraíba. 29 de junho de 1913.

_____. **Os Cangaceiros: romance de costumes sertanejos**. Parahyba do Norte: Imprensa Oficial, 1914.

_____. **Noção de Pátria**. Conferência realizada no dia 24 de março de 1914, no Liceu Paraibano. In: *A União*. Paraíba. 25 de março de 1914.

_____. **A Defesa Nacional**. Parahyba: Imprensa Oficial, 1916.

_____. **O problema da Instrução no Brasil**. Jornal A União, Paraíba, 13 dez. 1924.

_____. **Infância Proletária**. Parahyba: Imprensa Oficial 1924.

PESSOA, Epitácio. **Obras completas de Epitácio Pessoa vol. XXII: Côrte Permanente de Justiça Internacional (1923-1930)**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Cultura, 1960.

PINTO, João Pereira de Castro. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Parahyba**, em 1º de setembro de 1914. Parahyba: Imprensa Oficial, 1914.

HOLLANDA, Francisco Camillo de. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa do Estado da Parahyba**, em 1º de setembro de 1917. Parahyba: Imprensa Oficial, 1917.

PARAHYBA (Estado). **Decreto n. 913**, de 14 de março de 1918. Manda adoptar nas escolas primárias o livro didactico intitulado *Escola Pittoresca* de actoria do Sr. Carlos Dias Fernandes.

VIEIRA, José. **Escola Pittoresca: carta a Carlos D. Fernandes**. Jornal A União, 23 abril de 1919.

